

**PORTUGUÊS**

**“É importante considerar que, nas mais diversas sociedades e nos diferentes níveis de organização do Estado, a preservação da vontade popular e das liberdades e a luta pela igualdade de direitos têm sido, ao longo do tempo, alvo de inúmeros estudos e verdadeiros desafios para governantes”** (Eliana Teixeira Dias. *Legislativo mantém canais de interlocução com a sociedade*. Disponível em: [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br))

**Questão 1** Assinale a assertiva correta. No trecho “(...) nas mais diversas sociedades e nos diferentes níveis de organização do Estado (...)” no texto acima, expressa a noção adverbial de:

- (A) Tempo
  - (B) Causa
  - (C) Lugar
  - (D) Proporção
- 

**Questão 2** Assinale a assertiva que preencha ortograficamente as lacunas das orações, respectivamente, estabelecidas abaixo:

1. O calor ..... o ferro.
  2. Falava-se num ataque ..... do inimigo.
  3. Pessoa prudente fala com .....
  4. A sucuri tinha oito metros de .....
- (A) delata – eminente – descrição - cumprimento;
  - (B) dilata – iminente – discrição - comprimento;
  - (C) delata – eminente – discrição – comprimento;
  - (D) dilata – iminente – descrição - cumprimento;
- 

**Questão 3** De acordo com os padrões da norma culta, assinale a única alternativa correta:

- (A) Apontava-se sempre para a primeira dançarina, a vencedora. Era, então, uma incóguinita;
  - (B) O escritor abriu a seção de autógrafos, aproximadamente às 14 horas, no pátio municipal;
  - (C) A Seção Judiciária do Estado da Bahia não poupa esforços na prestação jurisdicional;
  - (D) Fernando observou, com bastante atenção, o carpinteiro concentrado em seu ofissio.
- 

**Questão 4** Aponte a alternativa correta quanto à ocorrência ou não da crase.

- (A) Devido a morte do pai, deixou de comparecer à solenidade.
- (B) Marcela enviou os papéis à Secretaria, que os encaminhou à Gerência.

- (C) Passaram-se três meses até que Lucas atendesse à qualquer cliente.  
(D) Trouxera a mão várias armas, que lançou as costas dos inimigos.
- 

**Questão 5** Mosquitos são elos fundamentais da cadeia alimentar *da qual você também faz parte.*

O trecho destacado pode ser corretamente substituído por:

- (A) na qual você também faz parte.  
(B) a qual você também faz parte.  
(C) que você também faz parte.  
(D) de que você também faz parte.
- 

**Questão 6** Assinale a alternativa em que a pontuação da frase seja a mais adequada.

- (A) Longe, além da função adverbial de lugar tem a de adjetivo com significação de distante, afastado: é então geralmente usado no plural.  
(B) Longe além da função adverbial de lugar, tem a de adjetivo com significação de distante afastado, é então geralmente usado no plural.  
(C) Longe, além da função adverbial de lugar tem a de adjetivo, com significação de distante, afastado: é, então, geralmente, usado no plural  
(D) Longe, além da função adverbial de lugar, tem a de adjetivo, com significação de distante, afastado, é então, geralmente, usado no plural.
- 

**ATENÇÃO:** As questões de número 7 e 8 se referem ao poema abaixo.

*esta vida é uma viagem  
pena ou estar  
só de passagem*

(Paulo Leminski, La vie em close. 5ª Ed. S. Paulo: Brasiliense, 2000, p. 134)

**Questão 7** No poema de apenas três versos, o poeta:

- (A) sugere que a vida não tem sentido.  
(B) abomina a agitação da vida.  
(C) lamenta-se da fugacidade da vida.  
(D) revolta-se contra o seu destino.
- 

**Questão 8** *esta vida é uma viagem / pena ou estar / só de passagem*  
O segmento em destaque nos versos acima transcritos equivale a:

- (A) que eu esteja.  
(B) que eu estivesse  
(C) que eu estaria  
(D) que eu estivera
- 

**Questão 9** Assinale a forma mais adequada, levando-se em consideração a flexão verbal e o emprego do pronome de tratamento e do sinal indicador de crase.

- (A) Vossa Excelência, o Presidente, vem com os ministros a reunião?
  - (B) Sua Excelência, o Presidente, vem com os ministros à reunião?
  - (C) Vossa Excelência, o presidente, vêm com os ministros a reunião?
  - (D) Sua Excelencia, o Presidente, vêm com os ministros para à reunião?
- 

**Questão 10** Quanto à concordância verbal, analise as frases:

- I – A maioria dos doentes melhoram quando riem.
- II – Devem haver boas comédias.
- III – Fazem alguma semana, a *Veja* presenciou o trabalho de dois médicos.
- IV – Afasta-se doenças com humor.
- V – Apenas 8% dos risonhos tiveram recorrência de infarto.

Estão corretas as assertivas:

- (A) I e II
- (B) II, IV e V
- (C) I e V
- (D) II e III

<b>DIREITO CIVIL</b>
----------------------

**Questão 11** Pode-se exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos sem prejuízo de outras sanções previstas. Em se tratando de morto, terá legitimção para requerer a medida o cônjuge sobrevivente ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até o:

- (A) primeiro grau
  - (B) segundo grau
  - (C) terceiro grau
  - (D) quarto grau
- 

**Questão 12** Assinale a opção falsa, no que diz respeito às regras atinentes à personalidade e à capacidade no Código Civil Brasileiro:

- (A) São absolutamente incapazes os menores de 16 anos e os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade;
  - (B) É válida, com o objetivo científico ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte;
  - (C) São absolutamente incapazes os maiores de 16 anos e menores de 18 anos;
  - (D) A capacidade dos índios será regulada por legislação especial.
- 

**Questão 13** É anulável o negócio jurídico resultante de, EXCETO:

- (A) Objeto indeterminável;
  - (B) Estado de perigo;
  - (C) Fraude contra credores;
  - (D) Erro.
-

**Questão 14** Quanto à compra e venda,

- (A) só é válido o contrato se for deixada ao arbítrio exclusivo de uma das partes a fixação do preço.
  - (B) quando pura, o contrato respectivo considerar-se-á consumado, obrigatório e perfeito, desde que acordado pelas partes no objeto e no preço.
  - (C) o preço da coisa deve ser fixado sempre, e irrevogavelmente, em dinheiro.
  - (D) uma vez estabelecida, opera-se a transferência do domínio da coisa ao comprador, automaticamente, sob pena de não valer o negócio contratado, salvo se uma das partes for menor e tenha sido assistido pelo tutor.
- 

**Questão 15** De acordo com as disposições do Código Civil, são formas de aquisição da propriedade móvel, EXCETO:

- (A) a usucapião
  - (B) a ocupação
  - (C) a acessão
  - (D) a tradição
- 

<b>DIREITO PROCESSUAL CIVIL</b>
---------------------------------

**Questão 16** O princípio dispositivo, também denominado de princípio da inércia da jurisdição, significa que:

- (A) Nenhum juiz prestará a tutela jurisdicional senão quando a parte ou o interessado a requerer, nos casos e formas legais.
  - (B) Caberá ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias à instrução do processo, indeferindo as diligências inúteis ou meramente protelatórias.
  - (C) O juiz conhecerá de ofício, a qualquer tempo e grau de jurisdição, enquanto não proferida a sentença de mérito, das questões de ordem pública.
  - (D) Cabe ao réu manifestar-se precisamente sobre os fatos narrados na petição inicial.
- 

**Questão 17** Aquele que pretender, no todo ou em parte, a coisa ou o direito, objeto de uma lide, sobre que controvertem autor e réu, poderá, até ser proferida a sentença, oferecer em juízo:

- (A) denúncia da lide pelo autor
  - (B) embargos de terceiros
  - (C) oposição contra ambos (autor e réu)
  - (D) chamamento ao processo
- 

**Questão 18** São matérias que o juiz pode, de ofício, conhecer a qualquer tempo e grau de jurisdição:

- (A) legitimidade das partes
  - (B) prescrição
  - (C) incompetência absoluta do juízo
  - (D) todas as afirmativas acima estão corretas
- 

**Questão 19** São situação em que o processo será extinto com resolução do mérito:

- (A) quando o juiz indeferir a petição inicial
  - (B) quando o juiz acolher ou rejeitar o pedido do autor
  - (C) quando o autor desistir da ação
  - (D) quando houver convenção de arbitragem
- 

**Questão 20 As medidas cautelares**

- (A) por sua natureza de urgência, não admitem a designação de audiência de instrução e julgamento
- (B) são sempre específicas, pelo princípio da taxatividade, inexistindo cautelares inominadas no ordenamento processual civil brasileiro
- (C) só podem ser concedidas após audiência prévia de justificação, determinada prioritariamente pelo juiz
- (D) podem ser instauradas antes ou no curso do processo principal, do qual é sempre dependente

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

**Questão 21 No tocante aos princípios fundamentais do Estado brasileiro e a classificação quanto à mutabilidade, a Constituição da República Federativa do Brasil pode ser considerada:**

- (A) super-rígida, pois não permite alteração em seu texto, em hipótese alguma
  - (B) rígida, pois prevê mecanismos de alteração do texto constitucional mais rigorosos que o processo legislativo ordinário
  - (C) semi-rígida, pois as cláusulas pétreas não podem sofrer nenhuma espécie de alteração
  - (D) flexível, devido ao grande número de emendas constitucionais já existentes:
- 

**Questão 22 Ainda sobre os Princípios Fundamentais, considere:**

- I. A República Federativa do Brasil tem como fundamento o pluralismo político.
- II. Todo o poder emana do Congresso Nacional, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos da Constituição Federal.
- III. Constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- IV. A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internas pelo princípio da não-intervenção.

Está correto o que se afirma **APENAS** em

- (A) I e III
  - (B) I e IV
  - (C) II e III
  - (D) I, II e IV
- 

**Questão 23 De acordo com a Carta Magna, no âmbito da competência legislativa concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais. Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender à suas peculiaridades. Nesse contexto, é correto afirmar que a superveniência de lei federal sobre normas gerais:**

- (A) revogará, na íntegra, a lei estadual
  - (B) revogará a lei estadual apenas no que não lhe for contrário
  - (C) suspenderá, na íntegra, a eficácia da lei estadual
  - (D) suspenderá a eficácia da lei estadual apenas no que lhe for contrário
- 

**Questão 24** Pode propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade, além de outros legitimados:

- (A) O Presidente do Senado Federal
  - (B) O Procurador do Estado da Bahia
  - (C) O Conselho Federal da OAB
  - (D) Entidade de Classe constituída há mais de 01 ano
- 

**Questão 25** Aos Juízes Federais compete processar e julgar:

- (A) a disputa sobre direitos indígenas
- (B) a revisão criminal e ação rescisória julgados pelos juízes de direito
- (C) os crimes cometidos contra instituições financeiras cujo regime seja de Sociedades Anônimas
- (D) as ações de falência, os acidentes de trabalho e os crimes militares

#### DIREITO PENAL

**Questão 26** De acordo com a visão tripartida (conceito analítico), crime é:

- (A) fato atípico, jurídico e culpável
  - (B) fato típico, jurídico e não culpável
  - (C) fato típico, antijurídico e culpável
  - (D) fato típico, antijurídico e não culpável
- 

**Questão 27** Excluem a culpabilidade:

- (A) a obediência hierárquica e a coação moral irresistível;
  - (B) a legítima defesa e a desistência voluntária;
  - (C) a inexigibilidade de conduta diversa e a insignificância do fato;
  - (D) a menoridade e a embriaguez culposa.
- 

**Questão 28** No que diz respeito às regras e princípios atinentes à Parte Geral do Código Penal Brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) o princípio da legalidade admite, por exceção, a revogação da lei pelo direito consuetudinário
- (B) a analogia, como forma de auto-integração da lei, pode ser amplamente aplicada no âmbito do direito penal, sem exceção
- (C) o princípio da reserva legal pressupõe a existência de lei anterior, emanada do Poder Legislativo, definindo o crime e a pena, sendo lícito afirmar, então, que as medidas provisórias não podem definir crimes e impor penas

(D) os princípios gerais do direito não podem servir de parâmetro no direito penal

---

**Questão 29** Em relação ao lugar do crime, o Código Penal vigente adotou a teoria:

- (A) da ubiqüidade ou mista
  - (B) do assentimento
  - (C) do resultado
  - (D) do atividade
- 

**Questão 30** Margarido, motorista, trabalhando com veículo alheio e devendo diariamente entregar os ganhos, desaparece com o veículo, sendo detido em flagrante dias após, tendo alterado o prefixo identificador do carro e se apoderado dos valores recebidos, cometeu o crime de:

- (A) furto
- (B) apropriação indébita
- (C) roubo
- (D) dano ao patrimônio alheio

<b>DIREITO PROCESSUAL PENAL</b>
---------------------------------

**Questão 31** Como regra geral, para apuração das infrações por parte da polícia civil estadual, o prazo para a conclusão do inquérito policial é de 10 dias, estando o indiciado preso, prazo este improrrogável, e de 30 dias, se o agente enfrenta o inquérito solto, conforme previsão do art. 10 do CPP. No tocante aos inquéritos à cargo da Polícia Federal, o prazo para sua conclusão, estando o réu preso ou solto, respectivamente, é de:

- (A) 10 dias, estando réu preso, e 20 dias, estando o réu solto
  - (B) 30 dias, estando o réu preso, e 60 dias estando o réu solto
  - (C) 05 dias, estando o réu solto, prazo improrrogável, e 10 dias estando o réu preso, podendo ser prorrogado
  - (D) 15 dias, estando o réu preso, e 30 dias, seguindo a regra geral, estando o réu solto
- 

**Questão 32** Se o juiz, por discordar do pedido de arquivamento de inquérito policial formulado por membro do Ministério Público, remete os autos ao Procurador Geral de Justiça, este, se discordar do juiz, entendendo que a ação penal deve ser promovida,

- (A) poderá, ele próprio, oferecer a denúncia ou designar um promotor de justiça para oferecê-la, o qual pode ou não ser o mesmo promotor que promoveu o arquivamento
  - (B) deverá, ele próprio, oferecer denúncia, não podendo designar qualquer outro promotor de justiça
  - (C) poderá, ele próprio, oferecer denúncia ou designar outro promotor de justiça diverso daquele que promoveu o arquivamento
  - (D) não terá poder para oferecer denúncia, requerendo ao Procurador Geral da República que o faça em seu nome
-

**Questão 33** No processo penal, o juiz:

- (A) é sujeito interessado do processo;
  - (B) é sujeito imparcial do processo;
  - (C) não é sujeito do processo;
  - (D) não pode ouvir testemunhas não indicadas pelas partes
- 

**Questão 34** No que se refere a citações e intimações, assinale a opção correta.

- (A) Tratando-se de processo penal, a citação inicial deve ser feita pelo correio
  - (B) Tratando-se de processo penal, não se admite a citação de acusado por edital
  - (C) Tratando-se de processo penal, o réu preso deve ser citado pessoalmente
  - (D) É inadmissível no processo penal a citação por hora certa
- 

**Questão 35** O Ministério Público ofereceu denúncia contra Jurubeba, imputando-lhe a prática dos crimes de desacato e falsa identidade, ambos do Código Penal. Não localizado, o denunciado foi citado através de Edital que, mesmo assim não compareceu ao interrogatório nem indicou advogado para a sua defesa. Nesse caso, ocorrerá:

- (A) após a decisão de pronúncia, o juiz determinará o arquivamento do processo, até que se localize o réu
- (B) o juiz determinará a suspensão do processo sem, contudo, suspender o prazo prescricional
- (C) nada implicará, devendo o processo e o prazo prescricional correr normalmente
- (D) o juiz determinará a suspensão do processo e do curso do prazo prescricional

<b>DIREITO ADMINISTRATIVO</b>
-------------------------------

**Questão 36** A Emenda Constitucional n. 19, de 04/06/1998, inseriu expressamente, dentre os princípios constitucionais da administração pública, o da:

- (A) Moralidade.
  - (B) Eficiência.
  - (C) Razoabilidade
  - (D) Impessoalidade
- 

**Questão 37** Segundo aponta a doutrina, o princípio específico que autoriza a Administração a anular o ato ilegal e revogar o ato inconveniente ou inoportuno (sumula n. 473, do STF) é o da:

- (A) Razoabilidade.
  - (B) Segurança Jurídica.
  - (C) Autotutela
  - (D) Supervisão
-

**Questão 38** A Administração tem que exercer a atividade administrativa de acordo com os objetivos legais. Falam-se, por isso, nos princípios da:

- (A) legalidade e finalidade
  - (B) moralidade e eficiência
  - (C) finalidade e impessoalidade
  - (D) publicidade e autotutela
- 

**Questão 39** Quando a autoridade remove servidor para localidade remota, com o intuito de puni-lo:

- (A) não está obrigado a instaurar processo administrativo de remoção
  - (B) faz uso do poder hierárquico-disciplinar
  - (C) está agindo dentro da mais completa legalidade
  - (D) age com desvio de poder
- 

**Questão 40** São requisitos do ato administrativo

- (A) competência, legalidade, finalidade, transparência, forma e motivo
  - (B) competência, finalidade, forma, motivo e objeto
  - (C) competência, finalidade, forma, motivo, objeto, tipicidade e ubiquidade
  - (D) competência, eficiência, forma, motivo e objeto
- 

**Questão 41** No tocante às entidades da administração pública direta e indireta, é correto afirmar que o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) é

- (A) empresa pública federal
  - (B) sociedade de economia mista
  - (C) autarquia federal
  - (D) órgão público da administração pública federal
- 

**Questão 42** Ainda, no que diz respeito às entidades da administração pública direta e indireta, assinale a única alternativa INCORRETA

- (A) A atividade administrativa pode ser prestada de duas formas, uma centralizada, prestada pela Administração Direta, e outra descentralizada, prestada por outras pessoas jurídicas
  - (B) Descentralização consiste na transferência pela Administração Direta da prestação do serviço para a Administração Indireta.
  - (C) Em Direito Administrativo não há que se falar na figura de descentralização, devendo a Administração Pública prestar todo serviço público de forma centralizada.
  - (D) Desconcentração é a distribuição do serviço dentro da mesma pessoa jurídica.
- 

**Questão 43** São modalidades de licitação (Lei n. 8.666/93):

- (A) Concurso, convite, tomada de preços, leilão e pregão
- (B) Encampação, leilão, convite, concorrência e intervenção
- (C) Tomada de preços, convite, concurso, pregão e mini-licitação

- (D) Concurso, convite, tomada de preços, leilão virtual e rifação
- 

**Questão 44** Acerca da disciplina atinente aos agentes públicos, é correto afirmar:

- (A) a investidura em cargo ou emprego público independe de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos
- (B) o prazo de validade do concurso público será de até 02 (dois) anos, prorrogável uma vez, por igual período
- (C) não é permitido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical
- (D) é permitida a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para efeito de remuneração de pessoal de serviço público
- 

**Questão 45** O servidor público só perderá o cargo:

- (A) em virtude de sentença judicial transitada em julgado, mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa ou mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, assegurada ampla defesa.
- (B) em virtude de sentença judicial, ainda que não transitada em julgado, prescindindo de processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.
- (C) por decisão motivada do superior hierárquico, em caso de falta funcional
- (D) por mero despacho do presidente do órgão ao qual vinculado o servidor
- 

<b>JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CÍVEIS E CRIMINAIS</b>
---

**Questão 46** Compete ao Juizado Especial Federal julgar:

- (A) Causas de competência da Justiça Federal até o valor de sessenta salários mínimos, bem como executar as suas sentenças
- (B) As ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação, populares, execuções fiscais e por improbidade administrativa e as demandas sobre direitos ou interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos
- (C) Sobre bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais
- (D) Causas que tenham como objeto a anulação ou cancelamento de ato administrativo federal, inclusive o de natureza previdenciária e o de lançamento fiscal
- 

**Questão 47** Da sentença proferida em Juizado Especial Federal caberá:

- (A) Apelação ao Tribunal Regional Federal respectivo, no prazo de 15 dias
- (B) Agravo de instrumento à Turma Recursal, no prazo de 10 dias
- (C) Recurso inominado à Turma Recursal, no prazo de 10 dias
- (D) Recurso especial ao STJ, no prazo de 05 dias
- 

**Questão 48** Nas ações de competência do Juizado Especial Federal Criminal, será possível a suspensão condicional do processo quando:

- (A) A ação tiver por objeto crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a quatro anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido

- condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena previstos no Código Penal brasileiro
- (B) A ação tiver por objeto crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, ainda que o acusado esteja sendo processado ou tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena previstos no Código Penal brasileiro
  - (C) A ação tiver por objeto crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a três anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena previstos no Código Penal brasileiro
  - (D) A ação tiver por objeto crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena previstos no Código Penal brasileiro.
- 

**Questão 49** No foro onde estiver instalada Vara de Juizado Especial, a sua competência será:

- (A) Absoluta
  - (B) Relativa
  - (C) Compensatória
  - (D) Recursal
- 

**Questão 50** A respeito dos Juizados Especiais Federais, assinale a opção correta.

- (A) a parte não precisa constituir advogado, ainda que o valor exceda a vinte salários mínimos
- (B) a parte não precisa constituir advogado, desde que o valor não exceda a vinte salários mínimos
- (C) a parte sempre precisará constituir advogado, independentemente do valor da causa
- (D) a parte nunca precisará, nos juizados, constituir advogado